Incentivos fiscais e exigências de substância

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A base legal: a seção 43I

O Global Trader Programme é uma denominação administrativa. Sua base legal é a seção 43I do Income Tax Act 1947, intitulada "Concessionary rate of tax for global trading company and qualifying company". O dispositivo autoriza o ministro a instituir, por regulamento, um imposto de 5, 10 ou 15% sobre a receita especificada de uma empresa de trading global aprovada, não obstante a alíquota geral da seção 43.[1] A alíquota geral para sociedades é uma alíquota única de 17% sobre o lucro tributável, aplicável igualmente a sociedades locais e estrangeiras.[2]

A lei define empresa de trading global como uma sociedade que exerce a atividade de comércio internacional de commodities ou de derivativos de commodities, de corretagem de operações internacionais com commodities, ou ambas. A receita qualificada abrange a receita de operações qualificadas prescritas com commodities prescritas, a receita de operações qualificadas com instrumentos derivativos a partir do ano-base de 2012 e, desde 19 de fevereiro de 2020, a receita de financiamento

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estruturado de commodities, de atividades de tesouraria e de assessoria em fusões e aquisições prescritos.[3] Os detalhes são fixados em regulamentos, que definem a receita especificada, as operações qualificadas e as commodities abrangidas.[4]

A aprovação é discricionária. O ministro ou um órgão autorizado pode aprovar uma sociedade sob as condições que fixar. Nenhuma aprovação pode ser concedida a uma empresa de trading global após a data fixada pela lei, que era 31 de dezembro de 2026 antes da prorrogação anunciada no Orçamento de 2026.[5] A prorrogação até 2031 exige uma alteração correspondente da lei. Antes de confiar na data-limite, convém verificar o texto atual da seção 43I no Singapore Statutes Online.

Receita qualificada e commodities qualificadas

A Enterprise Singapore descreve o incentivo em termos simples. O programa concede uma alíquota reduzida de 5, 10 ou 15% sobre a receita qualificada por cinco anos. A receita de trading qualificada inclui a receita de trading físico, de corretagem de operações físicas, de negociação de derivativos e de financiamento estruturado de commodities.[6] Os guias práticos enumeram como categorias de commodities qualificadas o petróleo e seus derivados, as commodities agrícolas e os produtos alimentícios a granel, os metais e minerais, os materiais de construção e industriais, os produtos industriais, os bens de consumo, os produtos eletrônicos e elétricos e os componentes de máquinas. Acrescentam que a lista é revista periodicamente.[7] A concessão especifica as commodities para as quais cada empresa é aprovada, de modo que a receita de outros produtos continua tributada à alíquota geral.

O âmbito do comércio físico qualificado restringe-se ao comércio com dimensão internacional. Os guias o descrevem como comércio de transbordo, comércio offshore e comércio de reexportação, no qual apenas a parcela sem valor agregado local se qualifica.[8] O comércio offshore, em que as mercadorias circulam entre dois países estrangeiros sem passar por Singapura, é a categoria mais importante para as grandes casas de trading. Explica também por que o polo de trading é difícil de medir, como mostra a última seção deste capítulo.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Substância: volume de negócios, despesas e profissionais

O programa foi concebido para recompensar atividade em Singapura. A Enterprise Singapore dirige-o a empresas consolidadas que atuam no comércio físico internacional e dispõem de uma rede internacional de trading e distribuição e de um bom histórico. As empresas aprovadas devem realizar atividades de trading significativas em Singapura, empregar profissionais qualificados e exercer em Singapura funções estratégicas como a gestão estratégica, o compliance e a gestão de riscos, a gestão financeira e a gestão logística. Espera-se também que façam uso significativo dos serviços bancários e financeiros, logísticos, de arbitragem e de outros serviços de apoio de Singapura.[9]

A descrição oficial não publica limites numéricos. Os guias práticos indicam como referências um volume anual de negociação de pelo menos US$ 100 milhões, despesas empresariais locais de pelo menos S$ 3 milhões por ano e pelo menos três profissionais de trading em funções como gestão de riscos, compras ou vendas.[10] Os requerentes que ainda não atingem essas referências devem demonstrar que as atingirão durante o período do incentivo. Outro guia sublinha que o cumprimento dos critérios mínimos não qualifica automaticamente uma empresa para o programa.[11]

A alíquota de 5% é reservada a empresas cuja substância em Singapura é particularmente forte. Os guias indicam que ela só está disponível quando uma parte substancial do negócio é realizada em Singapura. Na prática, a alíquota resulta de uma negociação em que a empresa se compromete com número de funcionários, despesas e funções, enquanto a agência fixa a alíquota e as condições em conformidade. A carta de concessão (award letter) torna-se então, em substância, um contrato. Se a empresa não cumprir seus compromissos, a agência pode ajustar ou revogar a concessão.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Pressão internacional: BEPS e o imposto mínimo

A concepção do programa antecipou as exigências que a política tributária internacional impôs mais tarde. O projeto da OCDE e do G20 sobre erosão da base tributária e transferência de lucros (BEPS), cuja Ação 5 tratava de práticas tributárias prejudiciais, exigiu que os regimes preferenciais fossem condicionados a atividades substanciais na jurisdição que os concede.[12] Um programa que já exigia funções de trading, profissionais e despesas locais estava bem posicionado para cumprir esse padrão.

O imposto mínimo global colocou uma questão mais difícil. Singapura promulgou o Multinational Enterprise (Minimum Tax) Act 2024, que aplica uma regra de inclusão de renda (income inclusion rule) e um imposto complementar doméstico a grupos multinacionais com receitas anuais de pelo menos 750 milhões de euros nos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.[13] Para um grande grupo de trading, uma alíquota reduzida de 5 ou 10% em Singapura gera agora um imposto complementar, cobrado em Singapura a título de imposto complementar doméstico ou na jurisdição da controladora. O benefício da alíquota baixa fica assim neutralizado para os grupos abrangidos pelas regras. A faixa de 15% introduzida em 2024 adapta o programa a essa situação. Traders menores, abaixo do limite de receita, continuam a beneficiar-se das alíquotas mais baixas.

O imposto mínimo desloca a concorrência entre polos de trading das alíquotas para outros instrumentos. Singapura desenvolveu incentivos compatíveis com as regras globais, como os créditos de investimento reembolsáveis anunciados no Orçamento de 2024, que o capítulo IV da parte E discute.[14] Para os maiores grupos de trading, o Global Trader Programme serve hoje sobretudo como um quadro de reconhecimento, no qual o Estado e a empresa acordam as atividades a serem localizadas em Singapura.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Equívoco comum

O Global Trader Programme é às vezes descrito como um regime de paraíso fiscal que permite aos traders contabilizar lucros em Singapura sem atividade real. O incentivo legal aplica-se apenas a empresas aprovadas cujos compromissos de volume de negociação, despesas locais, profissionais qualificados e funções estratégicas em Singapura estão fixados em sua concessão. A alíquota reduzida abrange apenas a receita qualificada proveniente de commodities e atividades aprovadas, enquanto as demais receitas são tributadas a 17%. Desde 2025, o imposto mínimo global limita o benefício para grandes grupos, o que explica a introdução da faixa de 15%.

Notas

1. Income Tax Act 1947, s. 43I(1), conforme reproduzido em lawplayer.com a partir de Singapore Statutes Online (acesso em novembro de 2026): o ministro pode, por regulamento, instituir imposto de 5%, 10% ou 15% sobre a receita especificada de uma empresa de trading global aprovada, não obstante a s. 43. ↩
2. Inland Revenue Authority of Singapore, “Corporate Income Tax Rate, Rebates & Tax Exemption Schemes” (iras.gov.sg, acesso em novembro de 2026): “Your company is taxed at a flat rate of 17% of its chargeable income.” ↩
3. Income Tax Act 1947, s. 43I(3), definição de “global trading company”, e s. 43I(1)(a)(i)–(iii), conforme reproduzido em lawplayer.com (acesso em novembro de 2026). ↩
4. Income Tax (Concessionary Rate of Tax for Global Trading Companies) Regulations 2016 (S 341/2016), com alterações posteriores. ↩
5. Income Tax Act 1947, s. 43I(1AB) e (1A), conforme reproduzido em lawplayer.com (acesso em novembro de 2026): aprovação sujeita a condições; nenhuma aprovação a uma empresa de trading global após 31 de dezembro de 2026. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

6. Enterprise Singapore, "About the Global Trader Programme (GTP)" (enterprisesg.gov.sg, acesso em novembro de 2026): "a concessionary tax rate of 5%, 10% or 15% on qualifying income" por "five years"; a receita de trading qualificada inclui a receita de trading físico, de corretagem de operações físicas, de negociação de derivativos e de atividades de financiamento estruturado de commodities. ↩
7. Rikvin, "Singapore's Global Trader Programme (GTP)" (rikvin.com/taxation/singapore-global-trading-programme, acesso em novembro de 2026): oito categorias de commodities qualificadas, que "will be reviewed periodically". ↩
8. Kaizen CPA, "Guide to Singapore Global Trader Scheme" (kaizencpa.com, acesso em novembro de 2026): lista das categorias de commodities qualificadas, revista periodicamente; o comércio físico qualificado restringe-se ao comércio de transbordo, offshore e de reexportação, qualificando-se apenas a parcela das reexportações sem valor agregado. ↩
9. Enterprise Singapore, "About the Global Trader Programme (GTP)" (enterprisesg.gov.sg, acesso em novembro de 2026): compromissos de realizar atividades de trading significativas, empregar profissionais qualificados, exercer funções estratégicas, de compliance e gestão de riscos, de gestão financeira e de gestão logística e fazer uso significativo dos serviços bancários e financeiros, logísticos, de arbitragem e de outros serviços de apoio de Singapura. ↩
10. Kaizen CPA, "Guide to Singapore Global Trader Scheme" (kaizencpa.com, acesso em novembro de 2026): volume anual mínimo de USD 100 milhões, despesas empresariais locais anuais mínimas de SGD 3 milhões e pelo menos três profissionais de trading; os requerentes que não atingem esses valores devem demonstrar que poderão atingi-los durante o período do incentivo; a alíquota de 5% só está disponível se uma parte substancial do negócio for realizada em Singapura. Nexia International, *Global Insight*, março de 2020: os requerentes precisam, entre outros requisitos, de "an annual turnover of US$100m" e de pelo menos três profissionais da área. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

11. Rikvin, "Singapore's Global Trader Programme (GTP)" (rikvin.com, acesso em novembro de 2026): critérios mínimos de volume substancial de comércio físico offshore por conta própria, despesas empresariais locais significativas e emprego de traders profissionais em Singapura, o que "does not automatically qualify a company for GTP status". ↩
12. OECD, *Countering Harmful Tax Practices More Effectively, Taking into Account Transparency and Substance, Action 5 – 2015 Final Report*, Paris, OECD Publishing, 2015. ↩
13. Multinational Enterprise (Minimum Tax) Act 2024, em vigor desde 1º de janeiro de 2025 (Multinational Enterprise Top-up Tax nos termos da income inclusion rule e imposto complementar doméstico à alíquota mínima de 15%, para grupos com receita consolidada de pelo menos EUR 750 milhões); ver capítulo IV da parte E e capítulo III da parte K. ↩
14. Refundable Investment Credit anunciado no Budget Statement de 16 de fevereiro de 2024. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.